

AGONIA OU ROBUSTEZ? REFLEXÕES ACERCA DA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA

José Flávio Motta*

Introdução

No capítulo dedicado à história econômica que integra a coletânea *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, os autores João Fragoso e Manolo Florentino iniciaram seu texto de maneira contundente: “a história econômica agoniza” (1997, p. 27). Com base em informes internacionais – “a diminuição, entre os anos de 1930 e de 1970, de artigos afeitos à área publicados na revista *Annales*” – e nacionais – “a perda de participação relativa das dissertações e teses de história econômica defendidas na Universidade de São Paulo (USP), entre 1973 e 1985, e nas Universidades Federais Fluminense (UFF) e do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 1980 e 1992” –, os autores identificaram “o desconforto com primados como o das explicações econômico-sociais e da longa duração e com o que daí derivava em termos de métodos e técnicas de investigação” (ibid., p. 30).

A agonia sugerida fornece o mote para a discussão que entabulamos neste artigo. As reflexões aqui apresentadas, em verdade, questionam dita condição agonizante da história econômica. Ao contrário, entendemos que, ao longo das últimas décadas do novecentos e nos inícios do novo milênio, têm se desenvolvido vertentes historiográficas caracterizadas por inegável vigor e nas quais o recorte econômico ocupa posição destacada. Para corroborar esse entendimento, recorreremos a alguns exemplos dados pelos estudos sobre a escravidão no Brasil, tema no qual se concentra a maior parte de nossa própria

* Professor do Departamento de Economia da FEA-USP, do Programa de Pós-Graduação em Economia do IPE-FEA-USP e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP; membro do N.E.H.D.-Núcleo de Estudos em História Demográfica da FEA-USP e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. E-mail: jflaviom@usp.br. Uma primeira versão deste artigo recebeu valiosas críticas e sugestões do Prof. Dr. Iraci del Nero da Costa, a quem o autor muito agradece.

pesquisa acadêmica. Antes, porém, de tratarmos dos exemplos referidos, cabe alinhavarmos algumas considerações sobre o evoluer da historiografia econômica brasileira, com o intuito de situarmos quer a agonia diagnosticada por nossos colegas historiadores,¹ quer a emergência das vigorosas vertentes por nós mencionadas.

Considerações sobre o paradigma pradiano

Em dezembro de 1967, o Prof. Antonio Candido, no prefácio a uma das várias edições do *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, escreveu:

Os homens que estão hoje [1967] um pouco para cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa Grande & Senzala* [1ª edição de 1933], de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; *Raízes do Brasil* [1936], de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; *Formação do Brasil Contemporâneo* [1942], de Caio Prado Júnior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo (Candido, 2006, p. 235-236).

Dentre esses três “livro-chave” destaca-se, decerto, da perspectiva da história econômica, o terceiro, de Prado Júnior. Sobre ele, escreveu ainda Candido: “trazendo para a linha de frente os informantes coloniais de mentalidade econômica mais sólida e prática, dava o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, da distribuição e do consumo” (ibid., p. 237).

1 Vale observarmos que, em artigo posterior ao capítulo referido, João Fragoso (2002) mitigou o pessimismo perfilhado anteriormente: “há quase dez anos, eu e Manolo Florentino produzimos um texto sobre o ‘estado das artes’ da história econômica nacional e internacional. Na época, apresentamos um balanço bastante cético sobre os destinos das pesquisas neste campo. A crítica avassaladora, e algumas vezes injusta, feita à história serial francesa, os modismos da historiografia brasileira e, com eles, a redução brutal do número de investigações econômicas feitas nas pós-graduações nos levaram àquele pessimismo. Passados alguns anos, a minha avaliação mudou um pouco”.

Em princípios da década de 1940, a interpretação pradiana constituiu uma possibilidade de aproximação à história do Brasil alternativa à assim chamada análise de ciclos “do pau-brasil, do açúcar, do ouro”, quase meramente justapostos em ordem cronológica. E, como observou com justeza Jacob Gorender (1985, p. 2), “foi com a *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, que a teoria dos ciclos atingiu seu acabamento”. Esse importante livro de Simonsen (1978), publicado originalmente em 1937 e resultado do curso por ele ministrado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, apresentava, por conta mesmo desse atributo, uma limitação séria, captada com precisão por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira Silva:

[Em Simonsen], ciclo, fase ou época aparecem como termos sinônimos cuja função central é de periodizar ou, por outra, organizar logicamente (e de acordo com uma cronologia estabelecida previamente) as diversas matérias. Em suma, é um recurso do historiador visando à organização expositiva da matéria. [...] Entretanto, tal concepção só tem favorecido uma visão compartimentada e estanque da história, como numa projeção de diapositivos: sai o pau-brasil, entra o açúcar e assim por diante. (1981, pp. 111 e 113)

Tendo em vista essa limitação, não há como discordar de Gorender (1985, p. 3): a interpretação pradiana representou efetivo “salto qualitativo”, comparada à abordagem de Simonsen. Pois Caio Prado forneceu precisamente a “argamassa” necessária para dar um sentido de totalidade aos “diapositivos” da teoria dos ciclos. A essa “argamassa” referiram-se diversos historiadores brasileiros, compondo avaliações positivas da formulação pradiana. Para Francisco Iglésias (1970, p. 25), por exemplo, Prado Júnior viu “o processo econômico globalmente (...). Tem-se quadro harmonioso com a conjugação perfeita de suas partes”. Para Alice Canabrava (2005, p. 279), ele “interpretou, na obra citada, os vários setores da atividade econômica colonial, sendo o primeiro a apontar a unidade do sistema, marco muito importante na reflexão histórica sobre o passado brasileiro”. E, novamente Gorender (1985, p. 3), escreveu: “Caio Prado Júnior descobriu neles [nos ciclos dos produtos de exportação] manifestações seqüenciais de algo mais profundo, de uma realidade permanente e imanente “a *estrutura exportadora* da economia colonial”. Dita “argamassa” consubstanciou-se, como se sabe, no *sentido da colonização*:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. (Prado Júnior, 2000, pp. 19-20)

Poderosa em sua simplicidade, essa noção respondeu em grande medida pelas profundas raízes criadas pela interpretação pradiana em nossa historiografia econômica. Formulações importantes como as de Celso Furtado (2007) e Fernando Novais (1979), por exemplo, viram-se indelevelmente marcadas por aquela interpretação anterior.² Em Prado, ademais, evidenciou-se inextricável entrelaçamento entre a elaboração teórica e a prática política. Como observou Florestan Fernandes (1991) em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, Caio Prado, “como marxista, pretendia forjar uma obra-mestra, que servisse de fundamento para que as correntes socialistas e democráticas (especialmente o PCB [Partido Comunista Brasileiro]) pudessem formular uma representação sólida das debilidades, do trajeto e dos objetivos específicos da revolução brasileira”.³

2 Essa marca foi explicitamente incorporada em Novais (1979, pp. 68 e 70), com seu “sentido profundo da colonização”: “A *colonização moderna* portanto, como o indicou incisivamente Caio Prado Jr., tem uma natureza essencialmente *comercial*: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia – eis, no fundo, o ‘sentido da colonização’. [...] [A] *colonização* no Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. (...) Completa-se, entretentes, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*”. No caso de Celso Furtado, a influência pradiana permaneceu implícita no *Formação econômica do Brasil*, publicado originalmente em 1959, mas se fazia evidente, antes disso, na tese de doutorado por ele defendida na Sorbonne, em 1948 (ver Furtado, 2001, *passim*).

3 Para alguns breves informes biográficos de Caio Prado, ver, por exemplo, o depoimento de Heitor Ferreira Lima constante de D’Incao (1989, pp. 15-21). O aludido entrelaçamento, frisemos, fez-se presente igualmente em Furtado, porém, com uma perspectiva “menos revolucionária”; para ele, no contexto da primeira metade dos anos 60, conforme escreveu Francisco de Oliveira (2003, p. 25), “(...) *nenhuma revolução é necessária* e sua emergência pode arriscar todo o avanço já conseguido”.

Em meio ao evoluir de nossa historiografia econômica, poderíamos radicar o auge da interpretação de Caio Prado entre as décadas de 1960 e de 1970. Por um lado, encontramos, no texto já mencionado de Francisco Iglésias (1970), ilustração nítida de uma crítica a Prado Júnior passível de inserção nos quadros da assim chamada “ciência normal”. Referimo-nos aqui à caracterização, efetuada por Thomas Kuhn (1991), dos intervalos temporais quando, em um campo qualquer do conhecimento científico, uma teoria se mostra dominante e assume o papel de paradigma. Por outro lado, lembremos, todo auge será sempre, também, prenúncio do ulterior declínio. Assim, exatamente no período indicado, surgiram algumas contribuições teóricas de grande relevância, críticas com relação ao enfoque de Caio Prado, a exemplo das apresentadas por Ciro Flamarion Cardoso (1975a, 1975b e 1975c), Jacob Gorender (1985) e Antonio Barros de Castro (1980).

Consideremos, primeiramente, o texto de Francisco Iglésias, competente balanço historiográfico intitulado *Situação da história econômica no Brasil*. Referindo-se ao livro *História econômica do Brasil*, publicado por Caio Prado em 1945, Iglésias (1970, p. 25) procedeu a uma crítica reveladora:

Ainda que objetivo, falta ao volume certa amplitude de informações. Há poucos dados, os números e quantidades são reduzidos. É que se trata de trabalho de alguém que é eminentemente historiador e sabe das insuficiências dos levantamentos e estatísticas já feitos.

Empregamos a expressão “crítica reveladora” porque são, evidentemente, reparos nada “viscerais”. E tais reparos assumiram caráter ainda de menor contundência na medida em que Iglésias identificou certa disputa de método “a oposição entre a história econômica dos historiadores e dos economistas”, ilustrada pela contraposição entre Caio Prado e Celso Furtado, e tomou de maneira inequívoca o partido do primeiro: “por motivo de formação pessoal, inclinamo-nos mais pelo trabalho dos historiadores, enquanto o dos economistas nos parece às vezes abstrato, quase construção mental” (ibid., p. 39).⁴

Em Novais, por seu turno, parece-nos haver um enquadramento mais especificamente acadêmico, talvez sintoma de certo isolamento da Academia, crescente na vigência da assim chamada “cultura da monografia”, à qual nos referiremos mais adiante no texto.

⁴ Essa contraposição entre a história econômica feita por historiadores e a feita por economistas é, por si só, tema passível de discussão mais extensa, à qual sem dúvida nos sentimos tentados. Não obstante,

Independentemente da oposição apontada, não existiu, na crítica feita por Iglésias, um real questionamento da formulação de Prado Júnior. Mais ainda, restou indicado com clareza um caminho profícuo a ser trilhado pelas gerações seguintes de historiadores: buscar as informações ausentes da obra de Caio Prado, colher mais dados, multiplicar os números e as quantidades. Em suma, contribuir para o paradigma, corroborando-o, ampliando seus tentáculos. Numa palavra, fazer “ciência normal”! Convém, pois, explicitarmos alguns pontos da abordagem de Kuhn (1991):

A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto – com custos consideráveis, se necessário.

[...] De início, o sucesso de um paradigma (...) é, em grande parte, uma promessa de sucesso que pode ser descoberta em exemplos selecionados e ainda incompletos. A ciência normal consiste na atualização dessa promessa, atualização que se obtém ampliando-se o conhecimento daqueles fatos que o paradigma apresenta como particularmente relevantes, aumentando-se a correlação entre esses fatos e as predições do paradigma e articulando-se ainda mais o próprio paradigma.

[...] A maioria dos cientistas, durante toda a sua carreira, ocupa-se com operações de limpeza. Elas constituem o que chamo de ciência normal. Examinado de perto, seja historicamente, seja no laboratório contemporâneo, esse empreendimento parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma. A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma freqüentemente nem são vistos. Os cientistas também não estão constantemente procurando inventar novas teorias; freqüentemente mostram-se intolerantes com aquelas inventadas por outros. Em vez disso, a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma. Talvez essas características sejam defeitos. As áreas investigadas pela ciência normal são certamente minúsculas; ela restringe drasticamente a visão do cientista. Mas essas restrições, nascidas da confiança no paradigma, revelaram-se essenciais para o desenvolvimento da ciência. (Kuhn, 1991, pp. 24 e 44-45)

resistiremos bravamente a essa tentação, deixando tal discussão para outra oportunidade.

Entendemos essa caracterização da ciência normal proposta por Kuhn aplicável ao contexto de nossa historiografia econômica sob a dominância do paradigma pradiano. Vale dizer, dita historiografia vivenciou tanto os efeitos positivos quanto os negativos próprios de uma etapa de ciência normal.

Voltemo-nos, então, para as formulações alternativas surgidas, à revelia do paradigma, em pleno auge da interpretação de Caio Prado. Como mencionado anteriormente, fixemo-nos em três estudiosos: Ciro Cardoso, Gorender e Barros de Castro. Não nos detenhamos a explorar as discordâncias entre eles. Realcemos tão-somente que elas existem e são profundas, substanciais. Estabelecem-se, grosso modo, em torno da discussão sobre a existência ou não de um modo de produção próprio das situações coloniais e escravistas similares à brasileira; e, se existente tal modo de produção, em torno do delineamento de seus traços definidores (ou de suas leis de funcionamento).

Interessa-nos salientar que, não obstante as diferenças profundas existentes entre suas formulações, os três autores referidos aproximaram-se muito no que respeita às críticas que fizeram a Caio Prado e ao “sentido da colonização”. Para os três, a essência dessas críticas está na necessidade, para aprofundar nosso conhecimento acerca da formação econômica e social do Brasil, de centrar especialmente nossa atenção no espaço colonial. Dessa forma, por exemplo, para Gorender (1985, p. 3), o “salto qualitativo” propiciado pela interpretação de Prado Júnior viu-se inapelavelmente limitado como resultado do “mirante onde se colocava o pesquisador – a perspectiva do comércio exterior”. Daí a proposta de Gorender (*ibid.*, p. 6): uma “inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro”. Essa maior ênfase posta nos elementos internos à colônia é percebida com nitidez na citação seguinte, de Castro (1980, pp. 88-89):

A produção em massa de mercadorias cria raízes no Novo Mundo, objetivando-se sob a forma de um complexo aparato produtivo. O “objetivo” maior desta realidade – o seu “sentido” se se quiser – lhe é agora inerente: atender as suas múltiplas necessidades, garantir a sua *reprodução*. Em tais condições, o comércio é estruturalmente recolocado e os interesses mercantis – bem como os da Coroa – terão necessariamente que ter em conta as determinações que se estabelecem no nível da produção. Em outras palavras, a forma pela qual os interesses externos atuam sobre a colônia

passa a depender “primeiramente da sua solidez e da sua estrutura interna”. O “projeto” colonial e/ou mercantilista subsiste, sem dúvida; o seu raio de incidência – especialmente em conjunturas adversas – fica no entanto severamente limitado pelo surgimento na colônia de uma estrutura socioeconômica, com seus elementos de rigidez, suas regularidades, seus interesses e, por último, mas também importante, pelos conflitos que lhe são próprios.

Na mesma linha colocaram-se as preocupações explicitadas por *Ciro Cardoso* (1980, pp. 109-110), talvez ainda com maior propriedade, uma vez que as insuficiências da interpretação pradiana são claramente expostas, todavia, apenas após a reafirmação de sua relevância:

As sociedades que se constituíram na América Latina e nas Antilhas em decorrência do surto comercial e colonizador da Europa moderna colocam o pesquisador interessado no seu estudo diante de um verdadeiro dilema. Tais sociedades só revelam o seu pleno sentido se forem consideradas como integrantes de um sistema mais vasto, na medida em que surgiram como anexos complementares da economia européia, dependentes de áreas metropolitanas, elementos que devem ser levados em conta na análise que pretenda descobrir a racionalidade das estruturas econômico-sociais das colônias. Mas também é verdade que as atividades de conquista e colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades cujas estruturas internas possuem uma lógica que não se reduz exclusivamente ao impacto de sua ligação com o mercado mundial em formação e com as metrópoles européias. Por isso, a sua concepção em termos de anexos complementares, de partes constitutivas de conjuntos mais amplos, mesmo sendo – como é – um momento central da pesquisa, é claramente insuficiente. Sem analisar as estruturas internas das colônias em si mesmas, na sua maneira de funcionar, o quadro fica incompleto, insatisfatório, por não poderem ser explicadas algumas das questões mais essenciais.⁵

5 O cuidado em resguardar a contribuição pradiana encontrou sua correspondência, anos depois, na seguinte ressalva feita por *Ciro Cardoso* em texto que abre a coletânea *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*: “Tendo combatido por muitos anos as posturas que enfatizam unilateralmente as relações metrópole-colônia ou centro-periferia, a extração de excedentes, o capital mercantil (hipostasiado em ‘capitalismo comercial’) e mais em geral a circulação de mercadorias como *locus* explicativo privilegiado, só posso me regozijar com esses novos e sólidos argumentos [dos estudos preocupados em evitar um viés exportador]. Desde que, também neste caso, não se ceda à tentação de mais uma ênfase unilateral. [As análises que incorporam tais argumentos] não estarão esquecendo exageradamente, empurrando um tanto para fora do horizonte, a dependência colonial e neocolonial – e as

Assim sendo, as críticas acima reproduzidas convergiram ao propugnar a “insuficiência” – apropriemos-nos, pois, da qualificação utilizada por Ciro Cardoso – do paradigma. Paralelamente, no bojo da ciência normal, foram muitos os estudos que procuraram trilhar o caminho indicado em 1970 por Francisco Iglésias. Em parte, isso foi feito mediante a multiplicação de trabalhos de natureza monográfica assentados em sólido embasamento documental. Novas gerações de estudiosos de nossa formação econômica e social foram buscar, digamos assim, as informações, os números e as quantidades, ausentes das análises de Caio Prado, em uma profusão de fontes primárias, as quais não eram desconhecidas, mas decerto não haviam sido até então exploradas em toda a sua riqueza. Entre tais fontes, por exemplo, figuram os registros paroquiais (de casamentos, batismos e óbitos), inúmeros tipos de arrolamentos nominativos (tais como as listas nominativas de habitantes, os róis de desobriga, as listas de matrículas de escravos, os códices conhecidos como *Quintos e Capitação*, as listas de classificação dos escravos para emancipação, etc.), testamentos, inventários, livros de registros de terras, escrituras diversas (de compra, venda, doação, *dação in solutum*, etc.), autos de processos crimes, outros processos (de alforria, de tutela, etc.), documentos inquisitoriais, etc.

É claro que a incorporação de tais fontes, muitas delas de caráter seriado, e em especial sua análise quantitativa, além de demandar um bem-vindo diálogo com a Economia e a Estatística, foi em boa medida tributária do desenvolvimento da informática. Esses estudos monográficos, ademais, amiúde, não se prestam a um perfeito e exclusivo enquadramento, no campo da história econômica, social, demográfica ou outro qualquer. Particularmente, não recusamos nossa inclusão entre os demógrafos-historiadores. Isso talvez pelo fato de nossa demografia histórica marcar-se, desde seus inícios, em fins dos anos 60, por uma “(...) ‘congênita’ abertura à interdisciplinaridade, manifesta no elenco diferenciado de habilitações científicas dos demógrafos-historiadores, entre os quais se contam demógrafos, historiadores, economistas,

determinações e condicionamentos que ela sem qualquer dúvida implicava (ainda que tais análises tenham demonstrado que *algumas* das determinações imputadas a fatores externos eram falsas)? Fique como questão a ser pensada esta minha dúvida” (Cardoso et alii, 1988, p. 58).

antropólogos etc.” (Motta, 2001, p. 474).⁶ Já no que diz respeito à abordagem privilegiada, muitos dos estudos monográficos em tela encontram guarida na micro-história e na história regional.

Essa produção historiográfica recente não conseguiu evitar uma característica sem dúvida preocupante, de certa forma uma desvantagem *vis-à-vis* o paradigma. Esse atributo foi bem ilustrado por Evaldo Cabral de Mello, em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* em 1993. Nela, o historiador pernambucano mencionou

(...) a paixão, que tinham por exemplo Gilberto Freyre e Sérgio Buarque, de entender o Brasil como um todo. É verdade que na minha geração já tinha passado a moda da interpretação global do Brasil, que tinha tido Caio Prado, Gilberto, Sérgio e, mais recentemente, Raimundo Faoro e Celso Furtado. Na minha geração, a universidade já estava implantando a cultura da monografia. [Recentemente foi dito] que uma das carências do Brasil era justamente a de pessoas que consigam restaurar essa visão global do país, acima das regiões. Não há mais no Brasil um historiador com essa força.

Talvez tenhamos de concordar com esse comentário. Talvez a aludida “cultura da monografia” tenha se apresentado como a melhor maneira de “fazer ciência normal”. Talvez também não fosse de todo desprovido de sentido vincular a “cultura da monografia” aos tempos da ditadura militar, pano de fundo dos primeiros lustros subseqüentes à publicação do balanço historiográfico de Francisco Iglésias.

Contudo, é inegável ter-se verificado igualmente um impacto fortemente positivo desses estudos de natureza monográfica ao evidenciarem e, sobretudo, procurarem suprir as insuficiências da interpretação pradiana. Tais

6 Convém esclarecer que adotamos definição de demografia histórica proposta por Iraci del Nero da Costa: “A demografia histórica, que tem como objeto precípua de estudo as populações humanas do período pré-censitário (o qual engloba os períodos pré e proto-estatísticos), é o campo da Ciência Social que, estabelecendo, *in totum* ou parcialmente, o estado e os movimentos daquelas populações, procura identificar as causas e conseqüências dos mesmos, bem como explicitar as inter-relações, destes, com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto, lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir ao seu escopo. Presentes estas fontes e aquelas técnicas e modelos, a demografia histórica estende-se ao período censitário. Cumpre observar, ademais, que os resultados propiciados pela demografia histórica não se limitam ao campo estrito dos fenômenos tidos como puramente demográficos, pois também dizem respeito aos demais campos da Ciência Social” (Motta e Costa, 1997, p. 152).

estudos causaram indisfarçável “desconforto” no campo historiográfico, pois trouxeram à luz uma economia e uma sociedade pretéritas em vários aspectos demasiadamente apartadas daquelas construídas nos limites do paradigma.⁷ Em texto produzido originariamente nos anos 90, portanto beneficiado já por massa crítica formada por alentado volume de trabalhos monográficos realizados ao longo de mais de duas décadas “e sintomaticamente intitulado *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior*”, Iraci del Nero da Costa (2007, pp. 21-22) explicitou “a grave limitação” do modelo pradiano:

A nosso juízo, tal limitação deveu-se ao fato de ele haver transposto para o plano fenomênico, sem as necessárias e devidas mediações, elementos próprios do que considerou a essência de nossa formação e da sociedade aqui constituída. Reduzido, assim, o plano do concreto, ao que se poderia entender ser seu *determinante em última instância*, a elementos de sua pretensa “essência” “que não se exaure em tais elementos, diga-se com ênfase”, resta-nos uma caricatura de vida econômica e social, desfigurada, rígida, descarnada, apartada da experiência do dia-a-dia, perdem-se a especificidade e as peculiaridades do escravismo moderno (...) e se fica às voltas com um “sentido” abstrato, imaterial, que faz com que nos sintamos tão incomodados, tão “desconfortáveis”, quando confrontamos nossa visão daquela sociedade com a que derivamos da leitura dos escritos de Caio Prado Júnior.

Esse desconforto parece-nos traduzir preocupações em muito semelhantes àquelas identificadas por Fragoso e Florentino e subjacentes ao seu diagnóstico de uma história econômica agonizante. Repitamos a citação transcrita no primeiro parágrafo destas nossas reflexões, na qual os dois historiadores apontaram “o desconforto com primados como o das explicações econômico-sociais e da longa duração e com o que daí derivava em termos de métodos e técnicas de investigação” (ibid., p. 30). De fato, é patente a proximidade entre o comentário crítico direcionado por Iraci Costa ao modelo

7 Vale ressaltar que as evidências empíricas levantadas em profusão também não corroboraram, em larga medida, as alternativas teóricas às quais nos referimos acima. Jacob Gorender, por exemplo, entre seu rígido modelo interpretativo e as evidências dos estudos monográficos, optou pela manutenção do modelo, procedendo (Gorender, 1990), a um grande esforço no sentido de negar aquelas evidências. Ciro Cardoso, por seu turno, criticado por muitos, “Gorender entre eles”, pela ausência de maior rigor teórico em suas formulações, e provavelmente por isso mesmo, teve menores dificuldades na tentativa de nelas incorporar, ao menos parcialmente, aquelas mesmas evidências empíricas (ver Cardoso, 1987).

pradiano e o trecho seguinte, extraído do ensaio *O nome e o como*, publicado em coletânea de autoria de Carlo Ginzburg (1991, p. 171) dedicada à micro-história, do qual se valem também Fragoso e Florentino para exemplificar o desconforto por eles identificado:

Na perspectiva de longo período (...) é difícil compreender os problemas quotidianos da sobrevivência. (...) A vida real (expressão que encerra, sem dúvida, elementos de ambigüidade) é largamente posta à margem. E a visão de longo período pode “gerar uma abstrata, homogeneizada história social, desprovida de carne e sangue, e não convincente apesar de seu estatuto científico”.⁸

Para além do paradigma pradiano: a agonia cede espaço à robustez

Reiteremos nosso entendimento. Como observaram Fragoso e Florentino, numa perspectiva internacional, a produção historiográfica, grosso modo na segunda metade do século XX, trouxe certo desalento com as grandes explicações socioeconômicas, as grandes sínteses, com os movimentos de fundo, a longa duração. Daí a sensação de uma história econômica agonizante. No caso brasileiro, com certa defasagem temporal, vivenciamos a crise do paradigma pradiano. Perdemos com isso? Sim, bastante. Poderíamos dizer que essa crise deu-se à sombra, usando a expressão de Evaldo Cabral de Mello, da “cultura da monografia”.

Contudo, igualmente ganhamos com isso. E muito. Os estudos monográficos, a preocupação com o “pequeno”, aproximaram as análises da realidade analisada. E não se tratou meramente, é oportuno frisarmos, de um calibre diferenciado do processo de abstração. Basta considerarmos, como exemplo, a caracterização dos escravos que se infere com base na historiografia recente:

Aprofundou-se sensivelmente, pois, o conhecimento acerca dos cativos e, com isso, sedimentou-se, pouco a pouco, um entendimento que atribui a esses indivíduos papel de destaque enquanto sujeitos históricos cuja atuação, juntamente à dos livres e libertos, foi fundamental na construção

8 Essa última frase entre aspas é, por sua vez, uma citação feita por Ginzburg a partir de Steven Laurence Kaplan (1976, pp. XX-XXI).

quotidiana do escravismo brasileiro. Afastou-se, pois, de um lado, o estereótipo do escravo submisso, dócil, a integrar “até mesmo feliz?!” a grande família do patriarca branco, ilustração viva de uma nossa pretensa democracia racial. De outro, distanciou-se igualmente do cativo reificado, esmagado pela violência do cativo, equiparado seja a um bem de produção, seja a um artigo de consumo, semovente tal como o gado, e que só conseguia humanizar-se mediante a negação do sistema escravista, pela fuga, pelo crime. Sem em nenhum momento negar a aludida violência, volta-se os olhos para o escravo que lutava sem se tornar necessariamente um Zumbi dos Palmares; luta renhida, dia após dia, repleta de reveses, mas também marcada por conquistas, na qual procurava reter exatamente sua humanidade, eventualmente emancipar-se, explorando as possibilidades, ocupando os interstícios, em suma, moldando também os parâmetros do ser escravo. (Motta, 2001, p. 490)

Dito entendimento evidencia, à saciedade, que a questão não se reduz ao fato de estarmos privilegiando a árvore em vez da floresta; mais do que isso, percebemos que a floresta era composta de árvores de espécie distinta da que pensávamos anteriormente!

Mantendo como exemplos algumas das contribuições da historiografia recente acerca da escravidão brasileira, verificamos que os ganhos a partir dos estudos monográficos foram também significativos no que tange à temática da estrutura da posse de cativos. Têm sido muitos os trabalhos dedicados, de forma exclusiva ou não, a esse tema, buscando compreender como esse ativo econômico “frequentemente tomado como uma variável *proxy* da riqueza” distribuía-se pelo conjunto dos escravistas. Tem-se avançado, igualmente, na análise do segmento formado pelos não-proprietários de cativos. E os resultados obtidos tornaram-se subsídios valiosos para repensarmos o processo de nossa formação socioeconômica, permitindo aos estudiosos proceder à ultrapassagem dos limites rígidos demarcados pela *plantation*. Dessa forma, ainda que esta última desempenhasse papel de relevância ímpar em nossa estrutura produtiva, tal estrutura não se resumia às grandes propriedades agro-exportadoras e escravistas, as quais, sozinhas, não são suficientes para explicar a reprodução no tempo da sociedade brasileira.

É nítido, pois, o contraste entre a estrutura da posse de escravos típica no passado brasileiro, conforme inferida da interpretação pradiana com

seu foco nas escravarias de maior tamanho, e aquela que emerge de uma primeira e ainda incipiente tentativa de sintetizar os resultados apresentados por diversos trabalhos sobre o tema, a seguir sumariada:

Enfim se, como sabido, panos de fundo socioeconômicos distintos podem dar suporte a populações cujas estruturas demográficas apresentam perfis estatísticos em boa medida semelhantes, este é o caso do padrão de distribuição da propriedade escrava no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Nesse padrão figuravam, de forma inequívoca, vale a pena repisar, como escravista majoritário, o que possuía poucos cativos, e, como escravo típico, o que vivia fora do ambiente característico da *plantation*. Estes os traços delineadores da estrutura da posse de escravos mais saliente do escravismo brasileiro. (Motta, Nozoe e Costa, 2004, pp. 209-210)

Não menos expressivos foram os resultados obtidos com base nos estudos das relações familiares existentes entre os cativos. Afinal, como escrevemos há cerca de vinte anos, “aproximadamente até o meado dos anos 70 deste século [XX] imperou na historiografia brasileira a interpretação segundo a qual diminuta relevância, se é que alguma, atribuía-se à família escrava entre nós” (Motta, 1988, p. 71). E foram vários os argumentos levantados para explicar essa ausência de ligações familiares, entre eles uma alegada inferioridade racial do negro ou então a ação destruidora do regime escravista sobre a organização familiar. Passadas algumas décadas, é outro o panorama observado na historiografia ou pelo menos em boa parte dela:

Vale dizer, esses trabalhos mais recentes patenteiam que não se trata mais de discutir acerca da existência ou não das aludidas relações familiares entre os cativos. Muito embora uma posição de persistente ceticismo ainda se mantenha bastante viva na historiografia corrente, boa parte dos estudiosos da escravidão brasileira toma referida existência como um dado. Procura-se, agora, aprofundar cada vez mais a análise das características apresentadas pela família cativa, sua estabilidade possível, seus vínculos com a atividade econômica encetada e com o tamanho dos plantéis de escravos. Sobretudo, estuda-se a questão da natureza mesma dessa instituição familiar [seu caráter estrutural ou não] e o papel a ela reservado no período escravista brasileiro. (Motta, 2002, pp. 251-252)

Cada um dos fragmentos por nós citados nesta seção, tomado isoladamente, revela, no tocante à historiografia econômica, elevado potencial revisionista. Esse potencial vê-se em muito ampliado quando os consideramos

conjuntamente. Por exemplo, sopesemos a relevância das famílias escravas em um contexto no qual se multiplicavam as escravarias compostas por reduzido número de cativos. É bastante plausível supor que, para muitos dentre estes escravistas de menor porte, fosse difícil recorrer ao mercado para aumentar ou mesmo manter seu patrimônio em cativos. As relações familiares entre estes últimos, por conseguinte, poderiam amiúde constituir o único meio de obter acréscimos ao aludido patrimônio. E isso, em especial, porque os escravos não eram meros semoventes como o gado; eram sujeitos ativos da sua história, o que tornava o escravismo uma arena de negociação permanente, ainda que a violência inerente à instituição garantisse a desigualdade entre as partes que negociavam.

Além disso, por exemplo, o trabalho executado no domicílio de um pequeno agricultor, onde ele vivesse com sua esposa, alguns filhos e dois ou três escravos, decerto envolvia relações muito diferentes daquelas presentes em um engenho, onde turmas de escravos, às vezes muitos, executavam suas tarefas sob a supervisão de feitores. No primeiro caso, comparado ao segundo, não seria absurdo imaginar que o escravista, seus familiares e escravos labutavam lado a lado, misturando seu suor no trato da terra, compondo ambientes bastante diversos em meio aos quais se dava aquele processo de negociação continuada.

Em suma, somos transportados a um universo de grande complexidade, riquíssimo em suas possibilidades analíticas, ao compulsarmos e analisarmos a documentação relativa à escravidão brasileira. Isso, por um lado, exacerba a sensação de “desconforto” da qual nos fala Iraci Costa, dado o imenso distanciamento percebido entre esse universo que se abre aos nossos olhos e a “caricatura” fornecida pelo paradigma. Por outro, a revelação dessa complexidade e riqueza patenteia a robustez da historiografia responsável por esse repensar de nossa formação econômica e social. Definitivamente, não é uma história agonizante. Decerto, não é também uma história econômica “nos velhos moldes”, mas é uma história também econômica e que se constrói com tanta riqueza como a realidade pretérita que lhe serve de objeto.

Essa robustez, que procuramos evidenciar mediante o exemplo dos estudos acerca da escravidão brasileira, encontrou, nos últimos lustros, seu natural desdobramento nos esforços da historiografia no sentido de avançar os primeiros passos na difícil tarefa de orquestrar aquele universo de grande complexidade de forma a retomar, a partir dele, uma discussão teórica

mais abrangente. É ainda Costa, juntamente com Julio Manuel Pires, que fornece um exemplo desses esforços.⁹ E o fundamento teórico proposto para levar a cabo a tarefa mencionada é o conceito de *capital escravista-mercantil*. Descartando a existência de um modo de produção escravista colonial “à la Gorender”, Pires e Costa (2000, p. 88) propugnam a vigência, no âmbito do escravismo moderno, de uma específica forma do capital: “enfim, mais-valia, valor que se valoriza, portanto capital; porém, uma forma específica de existência do capital, pois calcada na produção de mercadorias com base no escravismo”. Se, por um lado, era incapaz de engendrar sua reprodução no tempo de maneira autônoma, por outro, essa forma do capital exercia ampla dominância no espaço colonial,¹⁰ nele articulando processos diversos de acumulação, os quais refletiam o aludido universo de grande complexidade presente naquele mesmo espaço:

(...) o processo de acumulação próprio do capital escravista-mercantil não o liberava dos pressupostos que lhe eram externos; ao contrário, tornava-o ainda mais dependente dos mesmos, pois, à medida em que se dava a ampliação da produção escravista-mercantil, maiores eram suas exigências em termos de suprimento de cativos e de escoamento da produção efetuada. Pode-se concluir, pois, que a constituição, no Brasil, de uma economia reflexa e dependente não decorreu meramente da exploração metropolitana ou do fato de a colônia ter sido votada ao fornecimento de produtos para o comércio europeu, mas derivou, essencialmente, da forma de capital cujo predomínio marcou nossa história até 1888.

9 Outro exemplo é dado pelos trabalhos de Fragoso (1998) e Fragoso e Florentino (2001). Tais trabalhos, contudo, ainda que extremamente instigantes, talvez se aproximem em demasia da situação descrita pela ressalva feita por Ciro Cardoso e reproduzida na nota 5 acima.

10 “Assim, no caso da colônia lusa em terras americanas, a criação da mais-valia decorria da ação do capital escravista-mercantil, vale dizer, embora isolado dos mercados externos e, portanto, da órbita da circulação (...), a esfera da produção interna colocava-se inteiramente em sua órbita e era dominada pelo mesmo. Tal dominância, que não deve ser entendida em termos absolutos, estendia-se à produção de mercadorias (exportáveis ou não), de valores de uso e de serviços, abarcando, também, a alocação de fatores e recursos e espraiando-se pela circulação interna. Afetava, ainda, a geração e distribuição da renda, a escala da produção, projetando-se, ademais, na vida social e política da colônia. Disto deve-se inferir que os segmentos sociais e econômicos não vinculados imediatamente ao escravismo também se viam influenciados e, em larga medida, determinados, sobretudo no que tange à definição dos limites do espaço econômico em que lhes era dado atuar, pelo capital escravista-mercantil” (Pires e Costa, 2000, p. 92).

De outra parte, acreditamos que o surgimento e desenvolvimento de uma vida econômica relativamente autônoma, *voltada para dentro* não só se mostrava compatível com a forma *capital escravista-mercantil*, mas, em larga medida, dela decorreu. (Pires e Costa, 2000, pp. 96-97)

Considerações finais

Reflexões como estas acabam assumindo, inevitavelmente, uma feição muito personalística. O conduzir da argumentação, os recortes contemplados, a bibliografia referida, serão todos decerto objeto de reparos feitos pelos mais distintos leitores. E isto é deveras positivo! Ademais, independentemente das prováveis objeções, acreditamos que restará incólume a certeza no que respeita à relevância que teve nas últimas décadas a pesquisa assentada em variado elenco de fontes primárias para o avanço de nosso conhecimento acerca do passado brasileiro. E, não menos certo, a convicção de que uma pesquisa nesses moldes não implica, de maneira nenhuma, a negação da também relevante inserção dos resultados obtidos numa perspectiva teórica mais ampla. Uma coisa não faz sentido sem a outra!

Essa forma de encarar a pesquisa histórica talvez seja bem ilustrada mediante o relato de um episódio ocorrido há alguns anos, quando tomamos parte de uma mesa-redonda em Congresso promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Entre os participantes, estava também o Prof. Jacob Gorender. Expusemos um trabalho dedicado ao estudo da estabilidade das famílias escravas em um grande plantel de cativos existente na localidade paulista de Apiaí, posteriormente publicado como Motta e Valentin (2002). Acompanhamos essa escravaria pelas últimas décadas do setecentos e pelos decênios iniciais do século XIX. Na maior parte do período, a proprietária era uma viúva, D. Anna de Oliveira Roza. Nossa análise baseou-se no “cruzamento” dos dados constantes de uma série de fontes documentais primárias: o testamento e o inventário de D. Anna, as listas nominativas dos habitantes de Apiaí, os assentos paroquiais de casamentos de escravos e os inventários de alguns dos irmãos da viúva.

Na parte final da sessão, quando a participação foi aberta ao público presente, uma questão afeta diretamente ao nosso trabalho foi lançada, não a nós, mas ao Prof. Gorender. Evidente que não nos lembramos com exatidão dos termos utilizados pela pessoa que fez a pergunta, mas ela era mais ou

menos a seguinte. Afinal, como melhor caracterizaríamos o escravismo brasileiro: com fundamento na análise do modo de produção escravista colonial (como feito em Gorender, 1985) ou mediante a análise do escravismo da D. Anna? Como não poderia deixar de ser, foi sábia a resposta do tarimbado historiador: ambas as análises deveriam ser consideradas.

Se a resposta pareceu óbvia ao leitor, ótimo! Cremos que deveria ser mesmo algo evidente, pois, decerto, não existiu um pretense “escravismo da D. Anna”, lado a lado com outro escravismo, de caráter mais geral. É oportuno, uma vez mais, utilizarmos a aproximação entre os trabalhos monográficos aos quais nos referimos no correr do texto e a abordagem da micro-história. Consideremos, pois, a resposta dada por Carlo Ginzburg às seguintes perguntas a ele formuladas em entrevista publicada no Caderno Mais! da *Folha de S. Paulo* (2002):

Questões: Corremos, como sugerem alguns críticos, o risco de produzir gerações de estudantes desprovidos de “noções gerais”? A micro-história não dá, por vezes, um excessivo destaque para o “desvio” e pouca atenção para a norma?

Resposta: A micro-história tem sido, freqüentemente, interpretada como um procedimento que implica o destaque do fragmento por ele mesmo. Trata-se de uma leitura bastante equivocada do projeto micro-histórico. Uma pesquisa focada em determinada cidade ou em determinado indivíduo seria totalmente gratuita, caso não se justificasse em termos, explícita ou implicitamente, comparativos. O singular e o geral implicam-se necessariamente.

A meu ver, a micro-história não deveria levar à rejeição das generalizações históricas, deveria, sim, levar a repensá-las. A micro-história deve ensinar os estudantes a não tomar as generalizações históricas como um abrigo seguro. Todavia, ela não deve ser vista como uma alternativa à história geral. Ambas devem ser aprendidas de tal modo que sejamos capazes de identificar os impactos dos processos globais num microcosmo.

Por fim, cabe uma ponderação final. Em que pese a relevância de esforços como os despendidos por Pires e Costa, por nós referidos ao término da seção anterior deste artigo, repitamos que se trata ainda dos primeiros passos com vistas à proposição de elementos teóricos capazes de dar conta das evidências empíricas que têm sido levantadas. Como vimos, são essas evidências as mesmas causadoras de tanto “desconforto”, por se apartarem das inferências realizadas a partir da interpretação pradiana. E não apenas da formulação

de Caio Prado Júnior, vale ressaltar, mas também de outras que, tais como ela, “reproduzindo novamente as afirmações de Thomas Kuhn”, mais parecem esforçar-se por “encaixar” ditas evidências dentro de seus “limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis”.

Não serão, portanto, pequenas as dificuldades a serem vencidas no bojo da tarefa a ser realizada. Não obstante, a robustez de nossa historiografia faz-nos acreditar que àqueles primeiros passos seguirão outros. E serão, em especial, as novas gerações de estudiosos de nossa história econômica, formadas por historiadores, economistas ou quaisquer outros, que concretizarão essa expectativa favorável.

Referências

- CANABRAVA, A. P. (2005). *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo, Hucitec/Ed. da Unesp/ABPHE.
- CANDIDO, A. (2006). “O significado de Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo, Companhia das Letras.
- CARDOSO, C. F. S. (1975a). “Severo Martínez Peláez y el carácter del régimen colonial”. In : ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en América Latina*. 3. ed. Buenos Aires, Cuadernos de Pasado y Presente.
- _____ (1975b). “Sobre los modos de producción coloniais de América”. In : ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en América Latina*. 3. ed. Buenos Aires, Cuadernos de Pasado y Presente.
- _____ (1975c). “El modo de producción esclavista colonial en América”. In : ASSADOURIAN, C. S. et al. *Modos de producción en América Latina*. 3. ed. Buenos Aires, Cuadernos de Pasado y Presente.
- _____ (1980). “As concepções acerca do ‘sistema econômico mundial’ e do ‘antigo sistema colonial’; a preocupação obsessiva com a ‘extração de excedente’”. In: AMARAL LAPA, J. R. do (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- _____ (1987). *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense.
- CARDOSO, C. F. S. et al. (1988). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Zahar.

- CASTRO, A. B. de (1980). “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: AMARAL LAPA, J. R. do (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- COSTA, I. del N. da (2007). Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior (parte III). *Informações FIFE*, São Paulo, Fipe, abril, pp. 19-23.
- D’INCAO, M. A. (org.) (1989). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Ed. da Unesp/Brasiliense.
- FERNANDES, F. (1991). Obra de Caio Prado nasce da rebeldia moral. *Folha de S. Paulo*, Caderno Letras, sábado, 7 de setembro, p. 6.
- FOLHA DE S. PAULO (2002). A história em *close-up*, Caderno Mais!, domingo, 1º de setembro, pp. 4-8.
- FRAGOSO, J. L. R. (1998). *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FRAGOSO, J. (2002). Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*. Economia e Sociedade, *on-line*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n. 29. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/319.pdf>. Acesso em 20 jun. 2007.
- FRAGOSO, J. e FLORENTINO, M. (1997). “História Econômica”. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Campus.
- (2001). *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FURTADO, C. (2001). *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo, Hucitec/ABPHE.
- (2007). *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- GINZBURG, C. (1991). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel.
- GORENDER, J. (1985). *O escravismo colonial*. 4. ed. São Paulo, Ática.
- (1990). *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.

- IGLÉSIAS, F. (1970). Situação da história econômica no Brasil. *Anais de História*. Assis, FFCL de Assis, ano II, pp. 9-64.
- KAPLAN, S. L. (1976). *Bread, Politics and Political Economy in the Reign of Louis XV*. The Hague, Martinus Nijhoff.
- KUHN, T. S. (1991). *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo, Perspectiva.
- LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. (1981). *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense.
- MOTTA, J. F. (1988). A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 5, n. 1, pp. 70-101, jan./jun.
- (2001). “Demografia histórica no Brasil”. In: ARRUDA, J. J. e FONSECA, L. A. da (orgs.). *Brasil – Portugal: história, agenda para o milênio*. Bauru, SP/São Paulo/Portugal, Edusc/Fapesp/PT: ICCTI.
- (2002). “A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos”. In: SAMARA, E. de M. (org.) *Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes, tendências*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP.
- MOTTA, J. F. e COSTA, I. del N. da (1997). Demografia histórica: da sementeira à colheita. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, v. 14, n. 1/2, pp. 151-158, jan./dez.
- MOTTA, J. F. e VALENTIN, A. (2002). A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 27, pp. 161-192.
- MOTTA, J. F.; NOZOE, N. e COSTA, I. del N. da (2004). Às vésperas da abolição: um estudo sobre a estrutura da posse de escravos em São Cristóvão (RJ), 1870. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 1, pp. 157-213, jan./mar.
- NOVAIS, F. A. (1979). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec.
- OLIVEIRA, F. de (2003). *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo, Boitempo.
- PIRES, J. M. e COSTA, I. del N. da (2000). O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 38, pp. 87-120, jan./abr.

PRADO JR., C. (2000). *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. São Paulo, Brasiliense/Publifolha.

SIMONSEN, R. C. (1978). *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 8. ed. São Paulo, Ed. Nacional.

Resumo: Neste artigo questionamos, com o foco na historiografia brasileira, uma pretensa condição agonizante atribuída, em fins do século passado, à história econômica por colegas historiadores; pelo contrário, identificamos grande vigor naquela historiografia. Segmentamos o texto em duas partes. Na primeira, refletimos sobre o evoluir de nossa historiografia econômica, centrando nossa atenção no estabelecimento do paradigma pradiano, bem como nas principais críticas a ele dirigidas, as quais se multiplicaram nos três últimos decênios do Novecentos. Observamos como o desconforto decorrente dessas críticas esteve subjacente à detecção da condição agonizante mencionada. Na segunda parte do artigo, valemo-nos do exemplo dado pelos estudos sobre a economia e a demografia da escravidão no Brasil e neles identificamos a robustez que atribuímos a vertentes historiográficas recentes responsáveis por análises de forte apelo revisionista. Em suma, esse vigor identificado leva-nos a acalentar expectativa muito favorável no que respeita ao avanço da história econômica entre nós nesses inícios no novo milênio.

Palavras-chave: história econômica; historiografia econômica brasileira; formação econômica e social do Brasil; economia e demografia da escravidão; paradigma pradiano.

Abstract: Based on the Brazilian economic historiography, we call into question the idea that economic history was in a so-called dying condition, an argument suggested by some of our fellow historians in the late 20th Century. What we found instead was a vigorous Brazilian historiography in that period. This article is comprised of two parts. The first one considers the development of the Brazilian economy's historiography, focusing on the paradigm established by Caio Prado Jr. and the main criticisms it drew, particularly in that century's last three decades. We saw how the uneasiness arising from such criticisms was underlying the detection of the aforementioned so-called dying condition. The second part points to the example given by studies on the economics and demographics of slavery in Brazil as evidence of the vigor which we see in the recent historiographical trends bringing out analyses with a strong revisionist appeal. In short, the identified robustness causes us to expect a very significant advancement in the Brazilian economic history at the dawn of the new millennium.

Keywords: Economic History; Brazilian Economic Historiography; Economic and Social Development of Brazil; Economics and Demographics of Slavery; Pradian Paradigm.

ANO I VOL. I
janeiro-junho 2009

ISSN em curso

REVISTA DE ECONOMIA DA PUC-SP

edue

SUMÁRIO

Entrevista

Luiz Felipe de Alencastro

Artigos

A vertente brasileira do Atlântico Sul: 1550-1850

Luiz Felipe de Alencastro

O império português na África: economias e redes de comércio (1850-1900)

Lincoln Secco

Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira

José Flávio Motta

Do açúcar à proto-industrialização. Pernambuco no século XIX

Regina Maria A. F. Gadelha

O papel dos capitais especulativos internacionais durante o "renascimento" econômico (1906-1914)

Luiz M. Niemeyer N.

A política de pluriemissão de moeda no contexto de formação do capitalismo brasileiro no século XIX

Flávio Mesquita Saraiva

O Brasil na primeira mundialização financeira

Jorge Alano Silveira Garagorry

Um ensaio sobre o Brasil, a economia e seus percursos – o processo de autonomização do valor

Norma Cristina Brasil Casseb

Jason Tadeu Borba

Lutas sociais e teoria econômica no modo de produção capitalista

Maria Angélica Borges

Resenhas

Uma obra-prima da historiografia econômica brasileira

José Geraldo Portugal

Celso Furtado: um humanista e intérprete do Brasil

Maria Aparecida de Paula Rago